

Grande ABC registra 49 denúncias de violência contra pessoas trans em 3 anos

Especialistas apontam subnotificação dos casos e destacam processo de silenciamento das vítimas; mulher foi baleada na cabeça em Sto. André

GABRIEL ROSALIN
gabrielrosalin@dgabc.com.br

Em números

Cidade	2023	2024	2025
Santo André	3	6	3
São Bernardo	4	5	5
São Caetano	0	0	1
Diadema	1	3	4
Mauá	0	6	5
Ribeirão Preto	0	0	0
Rio Grande	1	1	1

GRANDE ABC	9	21	19
ESTADO	306	435	622
BRASIL	1.177	1.713	2.253

Fonte: Diário ABC - Apuração: Gabriel Rosalin / Diário do ABC

Entre 2023 e 2025, o Grande ABC registrou 49 denúncias de violência contra pessoas trans. Os dados são do Disque 100, plataforma do governo federal que reúne casos de diferentes tipos de violações, como agressões físicas, verbais e psicológicas, além de restrições de direitos e outras formas de violência. Apesar de o canal estar disponível desde 2021, os dados desse período não estão acessíveis.

Nos três anos analisados, São Bernardo concentra o maior número de registros, com 14 queixas. Em seguida, aparecem Santo André e Mauá, com 12 e 11, respectivamente. Diadema soma oito casos, Rio Grande da Serra registra três, e São Caetano encerra a lista com apenas uma denúncia. Já Ribeirão Preto não apresenta nenhuma notificação, segundo o governo federal.

A violência contra essa população ganhou repercussão recente após Robertha Suzana de Oliveira Félix, mulher trans de 23 anos, ser baleada na cabeça, à queima-roupa, na madrugada do dia 26 de abril, no bairro Campeste, em Santo

André. O crime teria sido motivado após a vítima ser acusada de furtar o celular do suspeito dos disparos, Mario Augusto Annunziati, 46, que possui registro de CAC (Colecionador, Antirador e Capador) e foi preso em flagrante.

Segundo Maycon Legri, advogado e presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de Santo André, o volume de denúncias no canal do governo federal não reflete a realidade vivida por essa população, o que sugere subnotificação.

"Há o medo de retaliação, a desconfiança nas instituições e a falta de acolhimento adequada. Também existe a normalização da violência. A vítima, por vezes, deixa de registrar por considerar comum sofrer agressões no ambiente em que vive e acaba não notificando. Esses 49 casos de denúncia tendem a representar apenas a ponta do iceberg e, do ponto de vista técnico, devem ser interpretados como um indicador mínimo", disse.

A falta de dados também evidencia a invisibilidade dessa população. "O silenciamento social, que é a invisibilização das vivências trans, evita o debate público. Isso gera o desaparecimento dos casos. Pessoas trans sempre foram marginalizadas, com exclusão do mercado de trabalho, da educação e de direitos básicos", reforçou Legri.

A estagiária, estudante de direito e moradora de Diadema, Wandy Pinheiro, 27, relatou que passou por diversos episódios de transfobia no ano passado, em uma empresa de telemarketing, em São Bernardo. "Quando estava no treinamento, fui chamada pelo meu nome morto e por pronomes errados. Na segunda vez, disseram que não podiam colocar o nome social no vale-alimentação, sendo que há uma lei que assegura esse direito, e no apli-

cativo era possível incluir tranquilamente. Nem chegaram a verificar e sempre fizeram pouco caso. Mesmo assim, comuniquei me empenhando e evoluindo. Porém, algum tempo depois, fui demitida e percebi que não valia nada", relatou.

Casa Neon acolhe população LGBTQ+, mas enfrenta falta de apoio público

A Casa Neon, em São Bernardo, é um local de referência e abrigo para pessoas LGBTQ+ em situação de vulnerabilidade e vítimas de violência. Apesar do papel relevante, o presidente Paulo Araújo relata falta de apoio financeiro das administrações municipais.

"Por nós atendemos entre 200 a 250 pessoas, sendo que 70% é do público trans feminino. A Casa Neon tem o papel fundamental de construir o acesso à população LGBTQ+, promovendo dignidade e acolhimento", disse.

Segundo o presidente, as prefeituras poderiam dar maior atenção. "Hoje, 60%

A socióloga e professora da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas), Daniele Kowalewski, afirmou que o processo de silenciamento ocorre quando a violência é tratada como caso isolado. "Esse silêncio integra a própria violência e afasta pessoas trans do campo da cidadania. Ele se manifesta quando a escuta não promove o debate, quando delegacias não qualificam corretamente os casos e quando a sociedade só enxerga essas pessoas após sua morte."



ACOLHIMENTO. São atendidos 200 a 250 pessoas, sendo 70% trans feminino

do nosso orçamento é via emendas parlamentares. Somos um equipamento que todos da região utilizam. A própria Prefeitura de São Bernardo encaminha demandas. Mauá também. Então todos os equipamentos da região utilizam o serviço, mas não há fluxo institucional formal. Questionadas, as demais prefeituras do Grande ABC não responderam. GR

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 1